

A dissolução da idéia da Lógica

Róbson Ramos dos Reis*

Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

E-mail: reis@ccsh.ufsm.br

Resumo: O presente artigo examina a relação entre lógica e filosofia a partir das teses críticas apresentadas por Heidegger ao longo dos escritos que culminam em “O que é metafísica?”. Em particular, mostra-se que a polêmica afirmação sobre o fim do primado da lógica na filosofia, enunciada com a tese acerca da relação entre o nada e a negação, tem como alvo crítico o assim chamado idealismo lógico da Escola de Marburg, não representando um ataque geral à lógica enquanto lógica formal, pura e simplesmente. Tomando a noção de “idéia”, em sentido kantiano, com a tese da dissolução da idéia da lógica, Heidegger pretende uma limitação fundamental em toda investigação ontológica conduzida por uma reflexão lógico-transcendental, independentemente do modo como possa ser melhorada ou até mesmo reformulada. O problema do nada, tematizado em “O que é metafísica?”, é analisado aqui como o caso limite do primado da lógica no questionamento ontológico. **Palavras-chave:** Heidegger, ontologia, lógica transcendental, nada.

Abstract: Based on the critical theses presented by Heidegger in texts which culminate in *Was ist Metaphysik?*, the present paper deals with the relation between Logic and Philosophy. It shows

* Agradeço ao CNPq e à Fapergs pelo apoio financeiro recebido, que tornou possível a concretização do presente trabalho.

specifically that the polemic statement about the end of the primacy of Logic in Philosophy, founded on the thesis of the relation between negation and nothing, has as its critical target the so-called logical idealism of the Marburg School, and does not intend a general attack on formal Logic *simpliciter*. Taking in account the Kantian notion of “idea”, Heidegger intended in the thesis of the dissolution of the idea of Logic a fundamental limitation for every ontological investigation grounded in logical-transcendental reflection, regardless of the way it can be improved, or reformulated. The question of nothing approached in *Was ist Metaphysik?* is analyzed here as a case that demonstrates the limits of the primacy of Logic in ontological questions.

Key-words: Heidegger, ontology, transcendental logic, nothing.

Heidegger e a Lógica

No ano de 1912, Heidegger escrevia que a pergunta “O que é a Lógica?” representa um problema cuja solução está resguardada para o futuro (1978a, p. 18). Quinze anos mais tarde, no curso *Os problemas fundamentais da fenomenologia*, esse problema alcançou uma dimensão muito maior do que a determinação da natureza da Lógica, envolvendo a tarefa de levar novamente a Lógica para a filosofia. Para tal, a Lógica deveria ser reconduzida à ontologia e o sentido de tal empresa não seria nada menos do que uma superação e radicalização de Hegel. O passo para além de Hegel é visto como a condição para a permanência em vida da própria filosofia. Nesse momento (1927), Heidegger não emite nenhum prognóstico sobre o sucesso ou insucesso em tal desenvolvimento.

Em 1929, porém, na conferência “O que é metafísica?”, o enfrentamento com Hegel é feito no campo de um problema fundamental da metafísica ocidental: a identidade entre ser e nada. E é na apresentação de uma resposta adequada para a pergunta pelo nada que Heidegger reencontra o problema da Lógica, quando formula a célebre frase acerca da negação:

Com isso está demonstrada, em seus elementos básicos, a tese acima: o nada é a origem da negação e não vice-versa, a negação a origem do nada. Se assim se rompe o poder do entendimento no campo da pergunta pelo nada e pelo ser, então também se decide com isso o destino do domínio da “Lógica” na filosofia. A própria idéia da “Lógica” dissolve-se no redemoinho de uma interrogação mais originária. (Heidegger 1965, p. 37)

A passagem é suficientemente expressiva, apontando para o marco de uma fronteira quase intransponível na geografia da filosofia do século XX. Aparentemente, Heidegger estaria vislumbrando a possibilidade de uma investigação, na qual as formas e legalidades lógicas não teriam um privilégio elementar. Seria possível, então, uma interrogação e um pensamento cujas respostas e caminhos seriam conduzidos sem a jurisdição da Lógica, em particular nos assuntos da metafísica e da ontologia. O problema do destino mesmo da filosofia, antes ainda ligado à transformação ontológica da Lógica, agora parece ter sido invertido: é a Lógica que perde o seu primado no seio das questões filosóficas mais originárias.

Por outro lado, precisamente essa passagem, em consonância com as afirmações sobre o nada e o não-ser, foi tomada como exemplar da perda de toda significação cognitiva a que é levada uma filosofia que permite que o primado da lógica seja questionado. Carnap não foi o único a enfatizar o grau zero do sentido a que chega uma filosofia que desconhece e coloca-se explicitamente contra os poderes filosóficos liberados pelo ferramental da Lógica. As inúmeras afirmações críticas de Heidegger acerca da Lógica simbólica aparentemente acabaram por lacrar essa fronteira; somente muitos anos depois algumas aproximações começaram a ser tentadas (em especial, refiro-me aos esforços de Tugendhat).¹

1 O leque de tais recepções varia da tese da impossibilidade de interpretar o pensamento de Heidegger, pois a exegese significaria retornar ao plano de um pensamento não-originário submetido ao esquecimento do ser (e ao domínio da Lógica), até a condenação de todo pensamento lógico como uma forma suprema de esquecimento do ser na história da metafísica.

A motivação que me faz retornar a esse tópico não é diplomática, por assim dizer, mas tem origem na alteração na situação hermenêutica da obra de Heidegger, promovida pela publicação da *Gesamtausgabe* desde 1976. Observe-se que a conferência de 1929, pelas suas características estilísticas e retóricas, pouco oferece acerca da noção de Lógica, que seria privada de privilégios, assim como sobre o possível *lógos*, que governaria o perguntar filosófico mais originário. Em particular, essa conferência não torna manifesto o extenso envolvimento filosófico com a Lógica, desdobrado por Heidegger ao longo de praticamente todos os seus cursos nos anos 20, e mesmo nos escritos anteriores a 1919. Meu objetivo é apresentar uma análise da passagem citada, lançando mão dos escritos da obra reunida, mas sobretudo do material historiográfico produzido na literatura especializada. Inicialmente, quero ressaltar como o alvo crítico da passagem não é a Lógica indiscriminadamente, nem mesmo a Lógica simbólica, mas o assim chamado idealismo lógico das escolas neokantianas. A seguir, indicarei como o desenvolvimento da Lógica transcendental de Emil Lask e Edmund Husserl levam à ontologia fundamental de *Ser e tempo*, na qual a base fenomenológica para a elaboração do problema do sentido do ser não está nem nas estruturas do pensamento conceitual, nem na intencionalidade dos atos da sensibilidade, mas sim na temporalidade originária. Também apresentarei brevemente o núcleo ontológico do problema do não-ser e da negação em *O que é metafísica?*, indicando como a finitude de ser também representa um campo ontológico que, associado à transformação hermenêutica de *Ser e tempo*, acarreta a limitação da idéia da Lógica, que é a formulação programática do idealismo lógico dos neokantianos. Por fim, concluirei sintetizando os principais resultados que, em conjunto, elucidam o significado da expressão “dissolução da ‘idéia’ da Lógica”.

O idealismo lógico, a aletheiologia e a fenomenologia

Seria um equívoco interpretativo considerar que o objeto crítico na observação de Heidegger seja a Lógica formal ou simbólica, tal como entendida correntemente. Trata-se da Lógica entendida como Lógica transcendental, em particular na configuração que ela ganhou nas escolas neokantianas (e mesmo na fenomenologia de Husserl), mas, sobretudo, no assim chamado idealismo lógico da escola de Marburg (Käufer 2001a; Friedmann 2000; Crowell 2001). A elucidação da expressão “idéia da Lógica” mostrará essa tese.

Quanto à expressão “idéia”, Heidegger a está usando no sentido corriqueiro que adquiriu entre os filósofos neokantianos, apoiando-se no sentido que possui na *Crítica da razão pura*. Sabemos que Kant entende por “idéia” uma representação conceitual de uma totalidade incondicionada, incapaz de qualquer uso constitutivo, mas restrita a um uso regulativo, que consiste em dirigir o entendimento na ampliação continuada do conhecimento da série condicionada dos fenômenos. Na epistemologia neokantiana, o conhecimento é ideal ao ser composto por séries infinitamente progressivas, nas quais são sucessivamente introduzidas camadas formais através dos métodos científicos. A progressão assintótica das séries acontece pela injeção progressiva de formas conceituais e metodológicas (Friedmann 2000, p. 31). Como o objeto, ou a realidade contraposta ao pensamento, é o objeto representado judicativamente em tais séries, chega-se a uma concepção ontológica na qual o próprio objeto é uma idéia no sentido estritamente kantiano da palavra. Ou seja, o objeto do conhecimento é o que está representado em juízos válidos pertencentes a séries buscadas infinitamente no conhecimento científico (Crowell 2001, p. 106). O objeto é, portanto, um “X” jamais completado, um ponto limite ideal para o qual converge o avanço da ciência (Friedmann 2000, p. 31).

Com a aplicação da noção de idéia para qualificar o conhecimento e o próprio objeto do conhecimento, está dado o primeiro passo em direção ao idealismo lógico. O passo decisivo é a reformulação da Lógica

transcendental de Kant, com a absorção das formas da sensibilidade na espontaneidade do entendimento e a conseqüente eliminação da doutrina do esquematismo transcendental. É importante recordar que a Lógica transcendental pretendia exhibir as condições que garantiriam validade objetiva aos juízos, e que, simultaneamente, resultava na apresentação de uma ontologia dos objetos *qua* fenômenos.

No programa de Cohen, desenvolvido por Natorp, há uma profunda modificação no sistema de Kant, modificação que consiste em integrar espaço e tempo no sistema da Lógica transcendental, dissolvendo a autonomia da intuição e eliminando, portanto, a necessidade do esquematismo transcendental. E aqui um tópico central na filosofia da matemática revela-se em toda a sua significação ontológica (Käufer 2001a, pp. 13-14). Natorp pretende derivar a seqüência numérica não a partir do tempo, mas sim a partir dos conceitos lógicos de identidade e diferença. Somente assim o tempo poderá ser derivado. O seu especial logicismo tem como conseqüência a absorção do tempo nas formas categoriais do pensamento, pois é a espontaneidade do entendimento que promove a transição da matemática pura para o tempo e espaço empíricos. Um passo subsequente permite a transição para o conceito mecânico de tempo, isto é, do tempo que opera nas equações mecânicas. A tese consiste em afirmar que as condições para pensar as séries numéricas são idênticas àquelas que permitem a cognição do tempo mecânico. Na medida em que pensamos a mecânica, podemos conhecer os objetos empíricos concretos (ibid, p. 14).

Assim, um tópico de filosofia da matemática deriva para uma concepção do tempo e do espaço, conseqüentemente, para o uso dessas noções na física-matemática, culminando em uma noção de objeto. Natorp formula a expressão “a mais elevada pregnância do pensamento” precisamente para designar a constituição da objetualidade dos objetos pelas puras formas conceituais do entendimento. Objetos são partes de eventos que, por sua vez, correspondem a séries de mudanças. Na medida em que o entendimento produz a ordem espaço-temporal, produz também as po-

sições ordenadas da existência. Aqui estamos diante do idealismo lógico, uma doutrina lógico-epistemológica que redundava em uma concepção ontológica. O objeto do conhecimento é uma idéia, no sentido de um ponto limite a ser infinitamente perseguido pelo conhecimento científico, mas cuja forma estrutural, a sua objetualidade, é constituída apenas pelas formas categoriais do entendimento, reconstruídas e apresentadas unicamente pela Lógica transcendental.

O idealismo lógico de Marburg não era uma unanimidade entre as escolas neokantianas. Rickert, por exemplo, recusava o logicismo de Natorp, discriminando o âmbito da Lógica pura daquele da matemática, no qual estaria pressuposta a existência de um objeto particular: a ordem serial quantitativa. Não obstante, um traço comum está na determinação do âmbito da Lógica como o das validades ideais, distinto de qualquer domínio físico ou psíquico. Um movimento decisivo no desdobramento da Lógica transcendental será dado por Emil Lask, que terá influência decisiva em Heidegger.²

Lask concebia a Lógica transcendental como uma lógica da verdade. O conceito de verdade, porém, não era concebido em acepção judicativa ou proposicional, mas como a determinação da objetualidade dos objetos enquanto descobertos, isto é, os objetos acessíveis como tais. O conceito de sentido (*Sinn*) discrimina, então, a relação de envolvimento entre o material objetual amorfo e a forma lógica. A forma lógica é o momento de claridade que permite a inteligibilidade do material e constitui o objeto como objeto. Assim, a Lógica transcendental permanece no âmbito de uma ontologia, mas concebida como a apresentação da objetualidade dos objetos, dada pelo envolvimento das formas categoriais no material empírico. Lask recusa a determinação das formas pela estrutura subjetiva das funções do entendimento, mas ainda preserva o caráter de validade das formas lógicas. Heidegger, por sua vez, desde seus primei-

2 Estou me valendo dos trabalhos históricos e interpretativos apresentados por Crowell (2001) e Friedmann (2000 e 2002).

ros escritos, reconhece a necessidade de uma abordagem não exclusivamente lógica dos problemas ontológicos, isto é, que a problemática lógica ganha sua verdadeira perspectiva a partir da metafísica, a partir de uma perspectiva translógica (1978a, pp. 405-6).³

A abordagem translógica

A reflexão sobre o problema da intencionalidade das formas lógicas é conduzida por uma perspectiva que perpassa a Lógica e chega aos seus problemas fundamentais. Segundo Lask, *objeto* é uma conformidade entre material e forma lógica, e é essa conformidade que o torna inteligível. É a conformidade de forma e matéria que permite a condição de inteligibilidade do objeto, sendo por isso chamada de “sentido”. A intencionalidade diz respeito à estrutura referencial da forma em relação ao material, que é precisamente o fundamento sobre o qual a reflexão filosófica deve incidir. Heidegger empreende tal desdobramento da Lógica transcendental motivado pelo assim chamado ponto de vista subjetivo da Lógica. Nele não está em questão uma naturalização psicologista das formas lógicas, mas sim o exame das condições nas quais as próprias formas lógicas podem ser reconhecidas. Segundo o princípio fenomenológico da imanência, está em questão a conceitualização da intencionalidade dirigida não mais para o objeto, mas para o objeto em conformidade com a forma lógica ou, então, a intencionalidade referida às próprias formas lógicas.

3 Crowell (2001, pp. 109-10) observa com razão que o horizonte metafísico do problema das categorias refere-se à interpretação transcendental da subjetividade, vinculada à descoberta da origem do sentido válido já no domínio da vida pré-teórica. A convergência do misticismo de Meister Eckhart com o problema da historicidade e da dimensão subjetiva da Lógica tem sido reconhecida na literatura secundária, mas ainda requer um desenvolvimento mais detalhado.

Heidegger dará um passo decisivo, que lhe abrirá um duplo caminho. Inicialmente, reconhecendo que o sentido, a conformidade entre forma e material, não é apenas a estrutura categorial do objeto, mas é aquilo que permite a sua compreensão, isto é, o seu fenomenalizar-se como objeto. Fica reconhecido, assim, o vínculo entre ser e verdade, tomada como a condição de estar descoberto ou desvelado. Assim sendo, o problema ontológico fundamental não é mais o da objetualidade dos objetos, mas o do seu aparecer. Em segundo lugar, Heidegger aceita a indicação de Lask, segundo a qual: “Os problemas lógicos mais elementares abrem-se para o lógico apenas quando ele também coloca no campo de suas investigações o conhecimento pré-teórico” (Lask 1993, p. 185).

Assim sendo, torna-se evidente a necessidade de uma tematização do sentido presente já no plano pré-temático e pré-teórico da vida cotidiana com os utensílios, configurando o esboço de uma protociência das condições estruturais, não-categoriais e não-enunciativas, do descobrimento dos utensílios. O problema da intencionalidade da forma lógica amplia-se para o plano da vida cotidiana não-enunciativa e a própria noção de forma é desvinculada do conceito de categoria.

Heidegger ainda fará o movimento decisivo, que consiste em identificar na temporalidade a estrutura determinante do envolvimento entre forma e matéria objetual. Emil Lask formulou o princípio da determinação material das formas lógicas, isto é, que a individuação das formas lógicas é determinada pelo material do qual são válidas. Pois bem, Heidegger incluirá no escopo do conceito de matéria a própria historicidade e temporalidade do sujeito humano intencionalmente dirigido para as formas lógicas. O caminho que levará até *Ser e tempo* está aberto já em 1919, mas sobretudo o idealismo lógico das escolas neokantianas está questionado em seu nervo central. A objetualidade dos objetos não está constituída originariamente pelas formas lógicas da sua representação judicativa, pois há desvelamento não-categorial do sentido no plano da vida operativa para consigo mesmo e para com os utensílios. Em última instância, não é possível absorver na Lógica transcendental as formas in-

tuitivas, em particular o tempo, já que este é condição mais originária de todo desvelamento de sentido. Conseqüentemente, a interpretação do esquematismo transcendental não é apenas parte de uma apropriação ontológica da *Crítica da razão pura*, mas é sobretudo uma ruptura com uma ontologia elaborada pelo fio condutor da Lógica transcendental. Não obstante, esse abalo do domínio da Lógica na filosofia ainda não está completo. É nesse ponto que a temática de *O que é metafísica?* tem o seu lugar original.

A Lógica e o problema do não-ser

O tema nuclear da conferência insere-se, como já foi dito, no debate com Hegel, mais precisamente, no tópico sobre a relação entre os conceitos de ser e não-ser. O conceito de nada ocupa o centro da análise fenomenológica empreendida por Heidegger. Ao final da elucidação, não apenas a tese da identidade entre ser e nada é apresentada em um sentido distinto daquele pensado por toda a tradição ocidental, mas é com base na sua original significação que o abalo na idéia da Lógica é expressamente afirmado. Para destacar os aspectos que sustentam tal afirmação, quero inicialmente apresentar alguns elementos que resumem a noção de não-ser (ou nada) formulada por Heidegger.

Inicialmente, o conceito de nada não é referencial ou denotativo. Não se gera uma hipóstase injustificada, apesar de o uso tático que Heidegger faz da expressão conduzir a formulações com o artigo definido.⁴ O nada não é um ente, nem um objeto (Heidegger 1965, p. 35), tampouco é a negação da totalidade dos entes. Essa última possibilidade requer uma consideração analítica. Inicialmente, Heidegger mostrará que “a negação

4 Já foi observado na literatura que Heidegger enfrenta um problema similar ao enfrentado por Frege, quando este precisa fazer enunciados sobre funções ou conceitos, mas para tal deve colocar as suas expressões no lugar de sujeito lógico nas sentenças, usando-os como se fossem argumentos ou nomes próprios (Whiterspoon 2002).

da totalidade dos entes” não permite formular um conceito adequado para o nada. A negação da totalidade do ente significa a idéia de um completo espaço lógico de todas as proposições existenciais verdadeiras, que seria submetida então à operação de negação. É importante destacar que Heidegger não está afirmando que seja possível obter o conjunto completo de todas as proposições verdadeiras sobre entes. A totalidade do ente, pensada como inteiro espaço das proposições existenciais verdadeiras, somente pode ser pensada como idéia (ibid., p. 30), isto é, como um conjunto assintoticamente perseguido em uma série infinita. A negação de tal idéia, o conjunto de todas as proposições existenciais verdadeiras, seria a representação ideal da negação da totalidade dos entes, isto é, do nada. Esse não é o conceito que Heidegger pretende apresentar, pois diria respeito apenas ao conceito formal imaginado, pensado a partir da idéia da totalidade do ente (ibid., p. 30). Não posso elucidar a dificuldade no argumento para recusar a adequação de tal noção na elaboração do conceito de nada. Ressalto apenas que Heidegger concordaria com Carnap, ao apresentar o significado corrente da expressão “nada” a partir do quantificador existencial e da negação, isto é, em uma paráfrase lógica que não contém nenhum termo singular. Entretanto, o diálogo empreendido por Heidegger em *O que é metafísica?* não é com a reconstrução lógica de expressões da linguagem ordinária, mas sim com o significado da expressão “nada” ao longo da história da filosofia.

Sendo assim, o conceito de nada que resulta não é denotativo, nem refere-se à negação da idéia da totalidade dos entes. Positivamente, o seu significado é obtido a partir da interpretação fenomenológica da angústia. A tonalidade afetiva da angústia, que em *Ser e tempo* desvelava a niilidade do próprio existente humano enquanto fundamento niilificado de si mesmo, apresenta o nada. De fato, o interesse de Heidegger não é pela angústia enquanto tal, mas sim por aquilo que ela, como tonalidade afetiva, descobre e manifesta. O que ela manifesta é o nada ou, então, a identidade entre ser e nada, a finitude de ser, a nadificação do nada. Não

creio que tais afirmações devam motivar um horror antimetafísico diante do *nonsense* lingüístico, mas podem ser perfeitamente compreendidas em sua significação ontológica.

Na angústia acontece um duplo movimento. De início, os entes que se nos apresentam cotidianamente em significações determinadas, que por sua vez dão a nossa própria identidade singular, perdem vigência enquanto poder de identificação. Eles fogem, recuam em sua totalidade e não são mais significativos, nem sustentadores de nossa própria identificação. Ato contínuo, porém, somos reenviados para tais entes e para nós mesmos, mas na condição de entes ainda existentes, apesar de não mais nas significações identificadoras. Ou seja, esse movimento iniciado pela angústia mostra os entes como entes pura e simplesmente, sem o seu sentido identificador. Afinal de contas, há entes. A angústia mostra a caducidade do seu ser, mas não retira sua existência e condição de descobrimento.

Assim, o movimento de fuga e reenvio aos entes permite o reconhecimento da diferença entre os objetos, o seu padrão identificador e a condição de estar descoberto, a diferença entre ente e ser (que na terminologia de Lask era chamado de *sentido*). O conceito de ser diz respeito ao padrão identificador dos entes, que permite a sua compreensibilidade e o nosso relacionamento intencional para com eles, mas que não é o conjunto de seus predicados gerais, mas sim o que torna os entes descobertos, desvelados, colocados em uma certa iluminação. Isso é o que Heidegger denomina “caráter de verdade do ser”. Na medida em que ser não é um ente, pode-se afirmar que ele é idêntico ao nada, é um não-ente. Além disso, o nada é idêntico a ser, sobretudo porque ser é estruturalmente finito. A finitude de ser diz respeito ao fato de que a relação entre ser e ente é sem fundamento, isto é, que os entes não conseguem fornecer um fundamento seguro para aquilo que é a condição de seu desvelamento. Ser é sempre ser de ente, mas não é possível que ser deixe de perder sua vigência, que os padrões de individuação e singularização descobridores percam sua vigência, fazendo com que os entes não mais se mostrem em sua significa-

ção. Tal movimento de perda de vigência de ser é o que Heidegger chama de nadificação do nada. O nada, portanto, diz respeito ao padrão identificador que torna possível a manifestação ou iluminação descobridora dos entes como entes.

Posto isso, a tese da dissolução da idéia da lógica necessita, por fim, da elucidação da premissa que estabelece a relação entre o nada e a negação. Para tal, seria necessário reconstruir a doutrina da negação que está presente na formulação de Heidegger, o que implica retomar as doutrinas de Lotze e Brentano, e o desdobramento dessas na escola de Windelband e Rickert. Antes disso, é preciso reconhecer que o problema da negação insere-se no núcleo mesmo do problema do sentido do ser (id., 1986, pp. 285-6). Em razão dos limites deste trabalho, apenas indicarei o sentido geral da doutrina da negação com a qual Heidegger está operando. Trata-se de uma operação executada no conteúdo judicativo, relativo à sua pretensão de validade. No entanto, em Rickert, a operação de negação funciona como um critério indireto de diferenciação de regiões ontológicas. Rickert pretende decidir com a negação se o conteúdo judicativo pertence ao plano dos objetos psíquicos ou ao domínio da validade. Ora, Heidegger opõe-se a que a negação opere como um critério de regionalização ontológica, pois a negação já supõe, para sua execução, o desvelamento de domínios de objetos (id., 1987, p. 201). Repito, esse tópico demanda uma análise muito mais ampla e detalhada, que não pode ser feita aqui. Em particular, há um exame do problema da negação no *Sofista* de Platão e o desdobramento de diferentes sentidos do conceito de negação em relação às suas origens ontológicas (id., 1992, p. 571).

Assim sendo, a tese do caráter mais originário do nada em relação à negação começa a ser elucidada tomando em consideração o conceito fenomenológico de nada e os supostos da operação de negação. O que a negação supõe, o desvelamento de domínios de objeto, é precisamente aquilo que é proporcionado por ser, que é idêntico ao nada, isto é, a manifestação descobridora dos entes. Conseqüentemente, a negação como função formal supõe o nada, aquilo mesmo que acontece com ser: o descobri-

mento de entes. Deste modo, o conceito de nada não é obtido a partir da negação, mas, ao contrário, diz respeito a uma estrutura ontológica suposta na possibilidade mesma da função formal de negação.

Heidegger conclui, então, que através da reflexão sobre as operações do entendimento, tal como é a negação, não se chega a estruturas ontológicas originárias, por exemplo, como a que é expressa na relação entre ser e nada. A conceitualização da negação, tarefa da lógica, não permite a elucidação daquilo mesmo que está suposto na operação de negação: o condicionado não tem potência para elucidar o que é sua condição. A potência dos problemas das categorias, que em 1915 era a afirmação da transição da Lógica para a metafísica, significa, agora, no contexto de um questionamento filosófico fundamental, a limitação do domínio da Lógica na filosofia.

A dissolução da idéia da Lógica

Para concluir, quero destacar os pontos que colocam em cheque a idéia da Lógica na investigação filosófica. Em primeiro lugar, não se trata de um ataque à legitimidade da Lógica, no tocante aos seus resultados, métodos e problemas. Heidegger refere-se à idéia da Lógica. De outro lado, a noção de Lógica que está sendo visada não é a Lógica formal simbólica, mas a Lógica transcendental. Mais especificamente, a interpretação ontológica da Lógica transcendental no idealismo lógico de Marburg. Não é possível incorporar tempo e eliminar o esquematismo na Lógica transcendental. Conseqüentemente, a investigação ontológica requer uma reflexão sobre elementos mais fundamentais que a categorização lógico-judicativa, a saber, a temporalidade.

Em segundo lugar, o desvelamento das formas que tornam possível a inteligibilidade dos objetos acontece já mesmo no plano pré-predicativo do existir e do operar com utensílios. Por conseguinte, a reflexão lógica não alcança as estruturas ontológicas presentes nesses comportamentos intencionais não-representacionais ou epistemológicos.

Por fim, a problemática do não-ser exhibe, em seu conjunto, limitações ao alcance de uma abordagem ontológica conduzida apenas pela reflexão lógico-transcendental. Inicialmente, o conceito de nada não é obtido por meio de uma tematização de comportamentos representacionais ou judicativos, mas por uma interpretação fenomenológica de uma tonalidade afetiva. Há o desvelamento de uma estrutura ontológica, a finitude de ser, ou a identidade entre ser e nada, mas que não é obtida por uma reflexão sobre estruturas ou pressupostos da representação judicativa ou proposicional dos entes. Nem mesmo a negação, como operação lógica fundamental, é reflexivamente originária para condicionar a tematização da finitude de ser e a elucidação da identidade entre ser e nada.

Em todos esses casos, a reflexão lógico-transcendental não é suficientemente ampla para abarcar comportamentos e estruturas ontológicas que não são de natureza categorial ou judicativa. Portanto, uma ontologia não pode ser feita apenas e fundamentalmente a partir de uma Lógica transcendental. O perguntar mais originário diz respeito exatamente a uma investigação sobre estruturas ontológicas que não são acessíveis pela reflexão da Lógica transcendental. Mas ainda pode ser colocada uma pergunta adicional: por que é a “idéia” da Lógica que é dissolvida em tal investigação?

Heidegger, já em 1919, empregara a noção kantiana de idéia para formular a sua noção de uma ciência originária, a filosofia, em franca oposição ao idealismo de Marburg e mesmo à Lógica transcendental de Lask e de Husserl. Agora, em *O que é metafísica?* (1929), ele denomina idéia a própria Lógica. A Lógica, como reflexão sobre o logos, seria uma idéia, uma investigação a ser ampliada e perseguida assintoticamente. O sentido de tal formulação implica a crença em que, no desenvolvimento de sua história, com a superação de Hegel, por exemplo, seria possível atingir uma condição reflexiva progressivamente mais completa sobre as determinações ontológicas. Ou seja, a tarefa da ontologia poderia ser levada a cabo com uma investigação lógico-transcendental cada vez mais ampliada e determinada. Ora, a dissolução da idéia da Lógica na filoso-

fia, na investigação ontológica, significa que há problemas e estruturas ontológicas que não poderão ser alcançadas por nenhuma reflexão lógica, precisamente porque extrapolam o alcance ontológico da Lógica transcendental ou de qualquer configuração que a Lógica possa obter ao longo de sua história.

Essa afirmação da dissolução da idéia da Lógica, certamente, não significa admitir um pensamento filosófico alógico ou irracional, ou até mesmo místico.⁵ A doutrina dos conceitos e enunciados ontológicos como indicações formais é precisamente a elaboração de uma parte de uma lógica filosófica, de uma teoria do logos filosófico. Quais são as características de uma semântica de conceitos ontológicos, e até mesmo dos conceitos peculiares ao pensamento da história do ser, são questões para uma reconstrução ainda em curso da obra de Heidegger.

Referências

- Carnap, Rudolf 1932: "Überwindung der Metaphysik durch logische Analyse der Sprache". In: Fischer, Kurt Rudolf 1999: *Österreichische Philosophie von Brentano zu Wittgenstein*. Wien, WUV-Uni.-Verlag, pp. 181-203.
- Crowell, Steven Galt 2001: *Husserl, Heidegger, and the Space of Meaning*. New York, Suny Press.
- Dahlstrom, Daniel O. 1994: *Das logische Vorurteil*. Wien, Passagen.
- Denker, Alfred (ed.) 2002: *Martin Heidegger Heinrich Rickert: Briefe 1912-1933*. Frankfurt/Main, Klostermann.
- Fay, Thomas 1997: *Heidegger: the critique of Logic*. The Hague, Martinus Nijhoff.

5 Esse ponto tem sido muito enfatizado na literatura secundária, levantando inclusive o problema da possibilidade de uma interpretação do pensamento essencial exemplificado na obra de Heidegger (White 1985, pp. 3-21). Não é supérfluo salientar que uma avaliação positiva do misticismo cristão (em particular de Meister Eckhart) não significa advogar que a conceitualidade e o logos filosóficos sejam eles mesmos místicos.

- Friedman, Michael 1998: "On the Sociology of Scientific Knowledge and its Philosophical Agenda". *Stud. Hist. Phil. Sci.*, v. 29, n. 2, pp. 239-71.
- 2000: *A Parting of the Ways. Carnap, Cassirer and Heidegger*. Chicago, Open Court.
- 2002: "Carnap, Cassirer, and Heidegger: The Davos Disputation and Twentieth Century Philosophy". *European Journal of Philosophy*, v. 10, n. 3, pp. 263-74.
- Gabriel, Gottfried 1990: "La 'Logica' di Hermann Lotze e la nozione di validità". *Revista di Filosofia*, v. 81, n. 3, pp. 457-68.
- Gethmann, Carl-Friedrich 1989: "Phänomenologische Logikfundierung". In: Jamme, Christoph e Pöggeler, Otto 1989: *Phänomenologie im Wiederstreit*. Frankfurt/Main, Suhrkamp, pp.192-212.
- Gabriel, Gottfried 1990: "La 'Logica' di Hermann Lotze e la nozione di validità". *Revista di Filosofia*, v. 81, n. 3, pp. 457-68.
- Glatz, Uwe 2001: *Emil Lask: Philosophie im Verhältnis zu Weltanschauung, Leben um Erkenntnis*. Würzburg, Königshausen & Neumann.
- Heidegger, Martin 1965: *Was ist Metaphysik?* 9. ed. Frankfurt/Main, Klostermann.
- 1976a: *Die Grundprobleme der Phänomenologie*. 2. ed. GA 24 (Sommersemester 1927). Frankfurt/Main, Klostermann.
- 1976b: *Logik. Die Frage nach der Wahrheit*. GA 21 (Wintersemester 1925/26). Frankfurt/Main, Klostermann.
- 1977: *Phänomenologische Interpretation von Kants Kritik der reinen Vernunft*. 2. ed. GA 25 (Wintersemester 1927/28). Frankfurt/Main, Klostermann.
- 1978a: *Frühe Schriften*. GA 1. Frankfurt/Main, Klostermann.
- 1978b: *Metaphysische Anfangsgründe der Logik*. GA 26 (Sommersemester 1928). Frankfurt/Main, Klostermann.
- 1986: *Sein und Zeit*. 17. ed. Tübingen, Niemeyer.

- Heidegger, Martin 1987: *Zur Bestimmung der Philosophie*. GA 56/57 (Kriegsnotsemester 1919 und Sommersemester 1919). Frankfurt/Main, Klostermann.
- _____ 1992: *Platon: Sophistes*. GA 19 (Wintersemester 1924/25). Frankfurt/Main, Klostermann.
- Käufer, Stephen 2001a: "On Heidegger on Logic". *Continental Philosophy Review*, v. 34, n. 4, pp. 455-76.
- _____ 2001b: "Systematicity and Temporality in Being and Time". *Journal of the British Society for Phenomenology*, v. 32, n. 2, pp. 1-30.
- _____ 2002: "Schemata, Hammers, and Time: Heidegger two Derivations of Judgement". *Topoi*, v. 22, n. 1, pp. 1-31.
- Lask, Emil 1993: *Die Logik der Philosophie und die Kategorien lehre*. 3 ed. Tübingen, Mohr.
- Lotze, Hermann 1989: *Logik*. Hamburg, Meiner.
- Mohanty, Jitendra M. 1988: "Heidegger on Logic". In: Macann, Charles 1992: *Heidegger. Critical Assessments*. v. 4. London/New York, Routledge, pp. 93-119.
- Pöggeler, Otto 1989: "Heideggers logische Untersuchungen". In: Forum für Philosophie Bad Homburg 1989: *Martin Heidegger: Innen- und Aussenansichten*. Frankfurt/Main, Suhrkamp, pp. 75-100.
- Polt, Richard 2001: "The Question of Nothing". In: Polt, Richard e Fried, Gregory 2001: *Heidegger's Introduction to Metaphysics*. New Havewn/London, Yale University Press, pp. 57-82.
- Tugendhat, Ernst 1970: "Das Sein und das Nichts". In: Klostermann, Vittorio 1970: *Durchblicke. Martin Heidegger zum 80. Geburtstag*. Frankfurt/Main, Klostermann, pp. 132-61.
- White, David A. 1985: *Logic and Ontology in Heidegger*. Columbus, Ohio State University Press.
- Whiterspoon, Edward 2002: "Logic and the Inexpressible in Frege and Heidegger". *Journal of the History of Philosophy*, v. 46, n. 1, pp. 89-113.

Recebido em 27 de fevereiro de 2003

Aprovado em 15 de abril de 2003